



**PRIMEIRO
MINISTRO**

VIII Governo Constitucional

**INTERVENÇÃO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,
TAUR MATAN RUAK
NA SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DA**

**PROPOSTA DE LEI QUE APROVA A PRIMEIRA ALTERAÇÃO À LEI N.º. 14/2020,
DE 29 DE DEZEMBRO, SOBRE O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2021**

AO

PARLAMENTO NACIONAL

Sala de Sessões do Parlamento Nacional, em Díli, 20 de Abril de 2021

Sua Excelência,
Senhor Presidente do Parlamento Nacional;

Suas Excelências,
Vice-Presidentes, Secretária e Vice-Secretários do Parlamento Nacional;

Suas Excelências,
Senhoras e Senhores Deputados de todas as Bancadas Políticas;

Excelências, Caros Colegas,
Membros do VIII Governo Constitucional;

Distintos Convidados;
Minhas Senhoras e Meus Senhores;
Povo de Timor-Leste, no interior do Território Nacional e na Diáspora!

Bom dia!

Antes de começar, quero expressar a minha solidariedade ao Povo de Timor-Leste, que foi vítima de uma catástrofe natural mortífera e continua a sofrer com a COVID-19.

É com grande angústia e tristeza que assistimos aos efeitos extremos do ciclone tropical, que causou a morte a 36 compatriotas nossos, milhares de deslocados e ainda 5 desaparecidos. Em nome do Governo, transmito as minhas sinceras condolências ao Povo de Timor-Leste e às famílias enlutadas, que estão a passar pela experiência traumática da perda de entes queridos. Também transmito a minha profunda simpatia e solidariedade às pessoas afetadas pela COVID-19, em especial, às famílias dos que não se recuperaram e morreram devido a esta doença. Reafirmo o meu apoio inabalável a todos os afetados.

Durante o ano de 2020, o nosso país sofreu pela primeira vez cheias catastróficas e enfrentámos um impasse político e orçamental que limitou a

nossa capacidade para estimular a economia e para investir em medidas de prevenção de desastres naturais. A nossa Nação sofreu e a nossa economia contraiu-se em cerca de 7,6%.

No entanto, estivemos unidos e a nossa Nação demonstrou uma incrível determinação e resiliência.

Não esquecemos as lições de 2020 e a forma como trabalhámos em conjunto, pelo que em 2021 vamos ter de mostrar de novo a nossa força e a determinação face à nova calamidade que se abateu sobre nós.

Em março de 2020, mobilizámos rapidamente mais de US\$ 220 milhões de dólares, incluindo US\$ 92 milhões de dólares para medidas imediatas de resposta económica. Construámos um planeamento efetivo numa unidade de resposta de emergência, bem como um sistema de quarentena, testes, rastreios e acompanhamento.

Reforçámos o nosso sistema de saúde e apoiámos os nossos profissionais de saúde e trabalhadores da linha da frente. O nosso Governo e o Parlamento tomaram decisões ousadas e abrangentes, em tempo recorde. Protegemos as nossas fronteiras. O nosso Povo uniu-se, passando a usar máscaras, a lavar as mãos frequentemente em espaço público e aprenderam a manter o distanciamento social.

Quando estávamos a preparar o nosso Orçamento Geral do Estado para 2021, sabíamos que seriam necessárias ações fortes, para enfrentar um crescimento global mais lento com projeções de 0,8% previstas para o Sudeste Asiático.

Conhecíamos também as tendências recessivas e os riscos de aumento da pobreza, enfrentados pelas economias emergentes e em desenvolvimento.

Esses riscos que podem ser minimizados por estes países e por Timor-Leste, com uma boa cobertura e vacinação generalizada da população,

evitando contrações económicas acentuadas e a indução de riscos sistémicos, visíveis em muitos países.

Descobrimos juntos que o melhor caminho é mantermo-nos resilientes e concentrarmo-nos em manter as pessoas seguras, a fim de evitar uma dolorosa tragédia económica e humana. Se mudarmos de rumo, as consequências podem vir a ser bastante severas.

Com estas ameaças económicas em mente, desenvolvemos com sucesso um Orçamento Geral do Estado ambicioso e histórico para 2021. O Orçamento visava colocar a Nação novamente no bom caminho, mobilizar os recursos significativos necessários para investir no nosso país e no nosso Povo, e estimular a nossa recuperação económica. Com as restrições orçamentais de 2020 eliminadas, o nosso Orçamento Geral do Estado de 2021 permitir-nos-á promover mais ativamente o desenvolvimento, construir uma economia mais justa e moderna, e realizar grandes projetos sociais.

O Orçamento Geral do Estado de 2021 é o nosso principal instrumento para relançar a nossa Nação. Torna-nos mais fortes, permite-nos trabalhar em conjunto para atingirmos os nossos objetivos e visão comuns, e vai reconstruir o nosso país com vigor e determinação.

Contudo, desde a aprovação do nosso Orçamento, a situação piorou significativamente.

Em 31 de dezembro de 2020 tínhamos 44 casos confirmados da COVID-19 e nenhum registo de mortes. Neste momento, menos de quatro meses depois, temos mais de 1.000 casos acumulados confirmados e as primeiras duas mortes a lamentar. O vírus está a espalhar-se pela nossa comunidade a taxas alarmantes.

Reconhecemos que a súbita vaga de infeção com a COVID-19 no nosso território representa um perigo real, e que as medidas governamentais subsequentes em resposta a este perigo precisam de ter um grande

impacto na eliminação desta propagação potencialmente devastadora. E reconhecemos também que a propagação da COVID-19 vai reduzir a atividade económica. Vai causar problemas na vida de muitas famílias e trabalhadores, e ameaçará a capacidade económica das nossas empresas.

Com a COVID-19 de novo entre nós, revimos nossa previsão inicial do PIB de 3,9%, para um valor mais realista de 2% nesta alteração orçamental.

Ainda estamos muito longe do fim desta pandemia, mas a cada passo dado diariamente, estamos a preparar o caminho para melhores dias, para que cada pessoa no nosso país receba uma vacina segura até dezembro deste ano, e para que todas as empresas do setor privado e famílias estejam economicamente protegidas com medidas de alívio.

As vacinas da COVID-19 estão a ser-nos entregues pela organização internacional *COVAX facility*, cobrindo os primeiros 20% da nossa população. Em abril recebemos a nossa primeira remessa e demos início à nossa campanha de vacinação.

O calendário da COVAX prevê novas remessas para Maio, possibilitando a vacinação de todos os nossos trabalhadores da linha da frente, tal como médicos, enfermeiros, PNTL, Proteção Civil e F-FDTL, que têm trabalhado incansavelmente para nos manter seguros e saudáveis, bem como, imunizar os grupos mais vulneráveis.

A partir de julho planeamos receber ainda mais vacinas para os restantes 80% da nossa população. Vamos conseguir milhares de doses e aumentar o ritmo de distribuição por todos os 12 Municípios e a RAEOA de acordo com as necessidades do país. Estão previstas doses adicionais da Austrália e continuamos esperançosos que a China irá também atender o nosso pedido de apoio.

Estamos a fazer tudo o que é necessário, em termos logísticos, para garantir que estamos prontos para receber estas vacinas e aplicá-las, através do Ministério da Saúde.

Timor-Leste encara o futuro com esperança e pretende regressar o quanto antes a uma vida de normalidade pré-COVID-19, flexibilizando as chegadas internacionais e isentando os portadores da vacina da exigência dos 14 dias de quarentena obrigatória.

Embora a COVID-19 seja um choque económico sem precedentes que afeta o nível de vida e o bem-estar de todos, em 4 de abril de 2021, tivemos de enfrentar um novo choque causado pela mais grave catástrofe natural, relacionada com o clima, causando a perda imediata de vidas e destruição de infraestruturas físicas públicas e privadas, incluindo estradas, pontes e instalações para a resposta ao coronavírus. Quando a tempestade terminou, registavam-se dezenas de pessoas falecidas e milhares de pessoas ficaram deslocadas em virtude da perda de suas casas.

Este ciclone tropical não poderia ter vindo em pior altura. Os danos causados podem fazer aumentar grandemente os perigos e reforçar os riscos e problemas do coronavírus na comunidade, especialmente, para os grupos mais vulneráveis. Os custos de recuperação e reconstrução pós-desastre podem vir a ser exorbitantes. Prevê-se que os danos globais em infraestruturas públicas e privadas, em Díli e em vários Municípios do País ultrapassam largamente os US\$ 300 milhões de dólares americanos.

As consequências vão muito para além da destruição física. As inundações repentinas e deslizamentos de terras, não ceifaram apenas as vidas das pessoas mas também criaram graves impactos na saúde pública, com um risco acrescido de doenças transmitidas pela água, tais como a cólera, a febre tifoide e a hepatite-A, e doenças transmitidas por vetores como a malária e a dengue.

Por um lado, as alterações climáticas estão a alimentar eventos climáticos extremos no nosso país. Estamos sujeitos a um padrão de chuvas intensas, tempestades e inundações cujos extremos atingem o nosso país todos os anos. Há uma maior probabilidade de chuvas mais intensas associadas a ciclones tropicais de maior magnitude e consequências na subida do nível do mar.

Este poderoso e perigoso ciclone também expôs as insuficiências da preparação de emergência e resposta a desastres de Timor-Leste. Reconhecemos que há aqui um elemento de falha humana: um desenvolvimento urbano e ordenamento territorial pobre e inadequado, um crescimento não planeado da cidade, ou a falta de sistemas de tratamento de esgotos e águas residuais, que causaram grandes riscos, libertando águas residuais na superfície. Este ciclone mostrou-nos ainda a péssima qualidade das nossas infraestruturas públicas.

Por outro lado, o ciclone revelou grandes limitações no nosso sistema de alerta precoce e previsão meteorológica, e graves fraquezas na primeira resposta de emergência e na resposta global a catástrofes.

Estes problemas são parcialmente devidos ao subinvestimento. No passado, Governos anteriores preferiram trabalhar com o setor privado, sem instituir capacidades sistémicas, o que deu origem a um Estado com instituições fracas e ineficientes e, dessa forma, criando um vazio para um mecanismo integrado de resposta a catástrofes. Não existe memória institucional sobre a resposta a catástrofes.

A verdadeira função da preparação para emergências está na prevenção. O Governo precisa de ter capacidades, recursos e ferramentas modernas para implementar ações preventivas de mitigação e para a implementação de medidas que possam salvar vidas. Por exemplo, precisamos de corrigir os nossos sistemas de alerta precoce e de alerta contra *tsunamis*.

Senhor Presidente do Parlamento
Excelentíssimos Senhores Deputados

Nas ações em curso, estamos a passar por várias fases. A primeira foi a fase da Emergência: enfrentar a situação e ajudar milhares de pessoas com assistência e socorro imediatos. A segunda fase é a da Reconstrução: reconstruir as vidas e os meios de subsistência das pessoas e procurar também reconstruir infraestruturas físicas essenciais.

Os impactos da pandemia e deste desastre natural estão a acrescentar novos desafios que afetam fortemente a nossa Nação. Os efeitos combinados das duas situações podem ser devastadores para o nosso Povo, afetando a sua saúde e bem-estar através do aumento da pobreza, da insegurança alimentar, da perda de rendimentos, da baixa produtividade, da desnutrição e da doença. Mais do que nunca, esta situação vai agravar a propagação da COVID-19 nas próximas semanas e meses. Muitas mais pessoas podem vir a morrer por causa da COVID-19. As perspetivas de crescimento do PIB são menos otimistas e espera-se que o fosso negativo aumente devido à dupla ameaça em curso.

Este ano tem sido um verdadeiro teste, como nunca antes enfrentámos. E exemplifica o que o mundo inteiro poderá vir a passar na próxima década e mais além. O aquecimento global, eventos climáticos extremos e erráticos, o aumento de doenças anteriormente desconhecidas e o regresso de doenças antigas estão a criar tempos turbulentos.

Face a esta conjuntura, o Governo declarou o Estado de Calamidade, apelando às populações mais um esforço para construir resiliência, a qual envolve o desenvolvimento de comportamentos, pensamentos e ações com vista a enfrentar os desafios que a vida impõe, não só a nível humano, mas também a nível material e ambiental.

O Governo apelou também à comunidade internacional para ajudar a construir resiliência, a fim de podermos adaptar os impactos sócioeconómicos e ambientais associados aos desastres naturais e recuperar melhor o país.

O Estado de Timor-Leste deve agora tomar medidas imediatas e enérgicas para estabilizar a economia, proteger a saúde do nosso Povo e reconstruir as nossas infraestruturas.

Precisamos de uma resposta abrangente e sustentada, utilizando este Orçamento e toda a nossa capacidade orçamental para elevar o país acima dos mais graves choques que alguma vez enfrentou. Mais uma vez, não deixaremos ninguém para trás e garantimos que quando chegar uma crise, trabalharemos em conjunto. O nosso Governo e o Parlamento atuarão em conjunto na tomada de decisões orçamentais.

Senhor Presidente do Parlamento Nacional, precisamos de lançar as bases para uma melhor recuperação, com este Orçamento. Se queremos um futuro melhor, precisamos de o fazer com apoio orçamental para continuarmos a estar presentes, para todos os Timorenses, em todo o nosso país. Hoje anunciamos um plano para proteger todos os Timorenses nestes momentos de crise.

Portanto, ao mesmo tempo que reparamos os danos desta calamidade atual, temos de investir na resiliência. Temos de reconstruir melhor. Espero que esta reconstrução produza uma oportunidade de desenvolver um modelo para um futuro mais sustentável.

Tendo em conta o horizonte temporal, neste momento crucial da nossa história, pedimos ao Parlamento que tome decisões, por meio deste Orçamento, para financiar e deslocar os nossos recursos para uma resposta ao coronavírus e às nossas necessidades de financiamento pós-ciclone, uma vez que isto ajudará rapidamente o país a construir resiliência e aliviar os encargos para os sobreviventes, as famílias e as empresas.

O Governo propõe ao Parlamento que garanta o financiamento e crie a margem orçamental necessária para apoiar a reconstrução após esta catástrofe natural. Pedimos ao Parlamento que introduza as alterações necessárias neste Orçamento para responder aos desafios que esta crise exige. Precisamos de flexibilidade fiscal e orçamental para podermos agir.

Para financiar a resposta à catástrofe, o Governo alocou verbas de emergência para os esforços de recuperação. O processo de reconstrução visa, por um lado, recuperar os meios de subsistência dos sobreviventes, com habitação e abrigos temporários para reduzir as suas vulnerabilidades e, por outro lado, envolver a melhoria das infraestruturas físicas básicas, de modo a permitir-nos dar passos para aumentar a nossa preparação em futuras catástrofes naturais.

Podemos nem sempre ser capazes de prever quando ou onde as catástrofes podem ocorrer, mas sabemos que somos mais fortes do que estas adversidades, e que podemos preparar uma solução que volte a fazer do nosso país um país intacto e unido.

Estão já em vigor políticas de saúde pública vigorosas, mas em circunstâncias de catástrofe natural as diretrizes e normas da COVID-19 podem ter dificuldade de aplicação em abrigos temporários para onde as pessoas foram evacuadas e em áreas geográficas onde as pessoas estão a enfrentar muitas dificuldades.

O Governo está fortemente empenhado em minimizar os riscos e a nossa gestão da crise da COVID-19 será reforçada com mais capacidade de testes, isolamento e quarentena, o que conseguiremos através desta alteração ao Orçamento.

Em todo o mundo, os países continuam a implementar um vasto leque de medidas de contenção e mitigação. O rastreador da COVID-19 de Oxford monitoriza semanalmente as respostas de 186 países. Depois de mais de 8 meses sem restrições, a resposta de Timor-Leste assemelha-se agora à da maioria dos outros países.

Nos dados de Oxford, a partir de 15 de março de 2021, 76% de todos os países estão a implementar alguma forma de encerramento dos locais de trabalho; 80% estão a implementar restrições em relação a ajuntamentos de pessoas; 45% têm restrições nos transportes públicos; 68% têm alguma

forma de ordem de confinamento domiciliário; e 53% instituíram restrições aos movimentos dos cidadãos. Tal como definido nesta proposta de alteração orçamental, temos agora a necessidade de preparar a nossa economia e a nossa sociedade para enfrentar os desafios que se avizinham. Apoiar os mais vulneráveis, os trabalhadores, as famílias e as empresas continuam a ser a nossa prioridade.

Embora ainda estejamos a desenvolver medidas específicas para fazer face ao impacto das cheias, no resto deste discurso, especificarei de forma mais completa as nossas medidas sanitárias para fazer face à propagação comunitária da COVID-19, que se agravou por causa do ciclone, como já tive ocasião de referir.

Com esta alteração orçamental, o Governo prestará apoio temporário e direcionado às empresas, trabalhadores e famílias, em resposta à pandemia da COVID-19. É urgente fazê-lo, para proteger os meios de subsistência e para manter a nossa economia nos próximos anos.

Com estas novas medidas planeadas, o Fundo COVID-19 passará a contar com US\$ 223,8 milhões de dólares e meios reforçados na área da saúde, incluindo pagamentos a trabalhadores da linha da frente e custos associados ao centro de emergência e às operações do Centro Integrado de Gestão de Crises. Vamos também implementar novas medidas económicas, e reservar meios adicionais para contingências e para a Cesta Básica.

Como descrito nesta proposta de alteração, o Governo concebeu medidas para manter as empresas a funcionar e os Timorenses empregados. Um subsídio salarial extraordinário de três meses, um subsídio de desemprego recém-introduzido, um subsídio adicional para pagamento de rendas, um subsídio de eletricidade e isenções de contribuições para a Segurança Social, manterão as empresas em funcionamento e ajudarão os empregadores, os trabalhadores independentes e os empresários a manterem e protegerem os postos de trabalho e os rendimentos dos trabalhadores, bem como dos trabalhadores do serviço doméstico, dos

proprietários individuais, dos gestores e dos administradores. Esta resposta vai permitir disponibilizar uma linha de resgate económico, beneficiando cerca de 53.500 indivíduos.

Estas medidas protegem o emprego de milhares de trabalhadores existentes e de muitos outros no setor informal, não abrangidos pelo anterior regime de subsídios salariais. Melhoram ainda a focalização para distribuir mais a quem mais precisa, permitindo benefícios adicionais. Desenvolvem-se novos e maiores incentivos à retenção de emprego e aos subsídios. Por último, estabelece-se um subsídio de desemprego e alarga-se a rede de segurança social, aumentando as transferências em géneros para satisfazer as necessidades dos mais vulneráveis.

Também desenvolvemos medidas de apoio ao setor privado e às empresas e particulares endividados junto do sistema financeiro, incluindo uma Moratória de Crédito até 9 meses para empréstimos concedidos até 1 de abril de 2021. Este financiamento estará disponível para qualquer mutuário elegível afetado pela COVID-19, suportando reembolsos de crédito.

A sociedade Timorense não vai apenas sentir os efeitos da COVID-19 através da interrupção do seu trabalho, mas também nos seus meios de subsistência e na educação. O Governo continuará a apoiar as famílias que enfrentam desafios significativos em termos de segurança alimentar, fornecendo e distribuindo alimentos e outros bens considerados essenciais.

Vamos atuar através da Cesta Básica e da compra de reservas alimentares por intermédio do Centro Logístico Nacional. Finalmente, o Governo vai também apoiar os estudantes do ensino superior, com isenção de propinas e disponibilização de internet gratuita, beneficiando entre 18.000 e 35.000 estudantes

O Governo continuará a reforçar a sua resposta sanitária à COVID-19. Isto vai dar-nos uma capacidade fundamental para a vigilância epidemiológica. As nossas principais prioridades são garantir o acesso aos testes e às

vacinas da COVID-19 para todos. Não vamos parar até que todos estejam vacinados e até que todos possam voltar às suas vidas com segurança. É claro que também manteremos os nossos heroicos trabalhadores da linha da frente seguros, com mais equipamento de proteção individual e apoiaremos o nosso sistema de saúde, com um melhor tratamento hospitalar e de internamento, e capacidade adicional de isolamento e quarentena.

Para atingirmos os nossos objetivos de longo prazo relacionados com a saúde, a gestão de riscos económicos, é necessário fazermos os respetivos ajustes e alocações orçamentais para garantir os recursos, o que pretendemos através desta proposta de Primeira Alteração à Lei n.º 14/2020 e de outras ações orçamentais e fiscais, neste Parlamento.

Por último, gostaria de relembrar a todos os Timorenses que nós vamos lutar por cada um de vós durante esta tempestade e vamos ajudar-vos a levantar e a voltar à normalidade. Vocês não estão sozinhos nesta crise. É por isso que um subsídio salarial, um subsídio de desemprego, um subsídio para rendas, a Cesta Básica, e outras medidas fundamentais anunciadas pelo Conselho de Ministros, farão uma diferença real e significativa na manutenção da vossa dignidade e qualidade de vida.

Quando criámos as medidas de apoio económico, em março de 2020, dissemos que íamos estar aqui para apoiar o país nesta hora de necessidade. O nosso mandato não mudou e nós vamos continuar a proteger-vos, tendo em conta estas adversidades. Juntos, podemos ultrapassar esta dificuldade. Podemos unir-nos. Peço a todos os ilustres deputados, em todos os partidos do espectro político, que trabalhem em conjunto neste momento de necessidade e crise.

Peço igualmente a todos os ilustres Deputados que aprovem a alteração do Orçamento Geral do Estado de 2021, necessária para o sucesso no combate à COVID-19 e para a reconstrução do país pós-ciclone, evitando, deste modo, uma nova crise económica que possa comprometer o futuro de Timor-Leste.

Muito obrigado.

Que Deus nos abençoe a todos!